

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO

REQUERIMENTO DE CONVITE Nº , DE 2021.

(da Sra. Carmen Zanotto)

Solicito que sejam enviados convites aos Ministérios da Saúde e Economia, para, em audiência pública, discorrer sobre o orçamento do Ministério da Saúde apresentado no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021 – PLN nº 28/2020.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a, com base no art 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em subsídio ao Regimento Comum e à Resolução nº 1/2006 (CN), que, ouvido o plenário, que sejam enviados convites aos Ministérios da Saúde e Economia, para, em audiência pública, discorrer sobre o orçamento do Ministério da Saúde apresentado no Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021 – PLN nº 28/2020.

JUSTIFICAÇÃO

Prezados Parlamentares quero trazer, como profissional da área da saúde, Parlamentar membro da Comissão de Seguridade Social e Família e Relatora da Comissão de Acompanhamento das Ações da COVID-19, algumas preocupações com relação ao enfrentamento da pandemia e à falta de orçamento neste momento, além do auxílio emergencial, que é fundamental para que possamos movimentar a economia.

Não podemos ser omissos diante do que está acontecendo no País há mais de algumas semanas, mês: a situação da região do Amazonas e do restante do País.



Não há como desmobilizarmos, desativarmos os leitos de UTI COVID, os leitos de enfermaria COVID, os centros de triagem COVID. É isso que está acontecendo num grande número de Municípios brasileiros, em função da falta de definição por parte do Ministério. O Ministério da Saúde não está conseguindo prorrogar a habilitação desses leitos em função do orçamento. Precisamos de recursos extraorçamentários para que possam, então, ser mantidas essas habilitações de leitos de UTI.

Isso é gravíssimo. Cabe a esta Comissão buscar os mecanismos para que asseguremos ao Ministério da Saúde todos os recursos necessários, para a prorrogação e manutenção dos leitos de UTI COVID e leitos gerais COVID, das enfermarias, centros de triagem e unidades básicas de saúde.

Destaco que o orçamento deste ano é insuficiente para fazermos frente ao exercício de 2021 na área da saúde. Neste ano nós deveríamos estar pensando dois orçamentos para 1 ano, porque toda a demanda de exames de alta complexidade dos pacientes com câncer está represada. Então, nós temos que garantir a continuidade dos procedimentos, a proteção das pessoas e o atendimento das pessoas com COVID, mas lembrar que um simples raio-x não está sendo feito. Pacientes com o diagnóstico de câncer que precisam entrar nos serviços de hemodiálise não estão conseguindo.

Para isso, nós precisamos, ampliar o orçamento da saúde. Só na atenção básica, segundo os dados que nós temos, precisamos de mais 1 bilhão e meio de reais para manter os serviços básicos no apoio aos Municípios. Então, precisamos incrementar o orçamento, sem sombra de dúvida. Sei que estamos sob a égide da Emenda Constitucional nº 95, mas cabe a esta Casa definir prioridades, e a prioridade da saúde precisa desse olhar ainda enquanto a pandemia está aí.

Além da questão do orçamento do Ministério da Saúde, precisamos também nos debruçar sobre o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento de vacinas, porque a pandemia vai exigir a utilização de todas as vacinas que tenham sua eficácia e segurança comprovadas. E o Brasil também tem alguns centros que estão pesquisando. Precisamos de recurso para entrar na fase 3 da pesquisa clínica daqueles institutos que estão



trabalhando no País, em busca de uma vacina produzida aqui, a partir dos pesquisadores e da iniciativa brasileira.

Isso porque, mais do que nunca, esta pandemia nos mostrou uma coisa: a importância do fortalecimento da pesquisa, a importância da autonomia nacional em insumos estratégicos para a área da saúde. Temos que fortalecer a indústria nacional de equipamentos de proteção individual, de equipamentos da área da saúde, temos que buscar a nossa autossuficiência. E para isso precisamos, então, garantir os recursos.

E para isso precisamos, nesta comissão, definir o que é prioridade e remanejar o orçamento para garantir, então, a manutenção dos atendimentos COVID, sem negligenciar, os demais serviços da área da saúde e o ensino e a pesquisa, assim como outros temas importantes da revisão orçamentária, antes da aprovação do texto final, porque senão poderemos comprometer a continuidade das ações e das políticas públicas no País.

Diante do exposto, solicito aos nobres pares a aprovação do presente requerimento de convite.

Sala de Comissões, 10 de fevereiro de 2021.

**Deputada Carmen Zanotto
Cidadania/SC**

